

Os economistas-pesquisadores do Clube de Economia da Amazônia (CEA) alertam para a sociedade do Amazonas, principalmente aos manauaras, sobre a importância de seu voto nas próximas eleições de outubro de 2018, esclarecendo que estão comprometendo o futuro de todos e, não há como reverter tal situação nos próximos quatro anos, os quais poderão vir a ser virtuosos ou perdidos ou de atraso.

Vale ressaltar que os últimos 50 anos a economia do Amazonas se mantém refém de único projeto a Zona Franca de Manaus – ZFM e, mais especificamente do Polo Industrial de Manaus – PIM, enquanto a economia regional continua estagnada e em grave degradação socioeconômica.

Com isso se tem jogado a economia do restante das sub-regiões do Amazonas à estagnação econômica e a dependência do governo estadual, onde se constata que prefeitos ficam a mercê de governos, contribuindo para a mentalidade do atraso implantada no Amazonas desde o governo mestrinho no início dos anos oitenta do século passado.

As constantes pesquisas executadas por pesquisadores do CEA, em municípios de diversas sub-regiões do Amazonas, em Municípios do estado do Pará e em Rondônia, se têm constatado o estado de paralisia econômica que se encontra o interior amazonense.

O pessoal do CEA, aqui e ali se identifica alguma ação eleitoreira, ou algum resquício de “programa da SEPROR” na agricultura familiar, mas nenhum Projeto oriundo de Planejamento Econômico Estratégico implementado com as metodologias com base nos conhecimentos científicos, tecnológicos e inovativos.

Quando se dispõe a discussão do desenvolvimento econômico regional endógeno entende-se que as perspectivas dos estudos levam a fatores e potenciais internos às regiões, espaços regionais, capazes de transformar um impulso externo de crescimento econômico em desenvolvimento para toda sociedade local regional.

Assim, passamos por um estudo e pesquisa, denominada de Perfil Econômico dos Municípios, realizada em cada uma das nove sub-regiões do Amazonas e, no decorrer desse programa se fez, simultaneamente, uma revisão de abordagens da ciência econômica de aportes construídos a partir das ciências socioambientais, nos sendo reveladas algumas pistas analíticas e interdisciplinares para a dimensão econômica das experiências associativas do fator humano em cada espaço regional, tendo sido estabelecidas suas variáveis endógenas, inclusive as socioculturais, as quais não podem ser relegadas nos processos de desenvolvimento econômico regional.

Na sequência desse trabalho, no momento temporal seguinte se colocou em marcha o Projeto Parque Industrial Municipal - PPIM, tendo começado nos Municípios de Iranduba, Manacapuru, Rio Preto da Eva, Presidente Figueiredo e Itacoatiara, revelado o acontecido das ações posta à execução, não andaram por desinteresses dos Prefeitos e o Projeto deixou de ser implementado em Iranduba, Manacapuru, Rio Preto da Eva.

Quanto aos Municípios de Presidente Figueiredo e Itacoatiara, as ações foram muito bem aceitas, tendo as Prefeituras em parcerias para mobilizar outros agentes e atores sociais locais, chegando-se a uma etapa bem desenvolvida de ações, entretanto, foi quando se deu as eleições e com a entrada de novo gestor, novo governo, tudo foi por águas abaixo.

Essa espécie de experimento tendo por base endógena, após o conhecimento da realidade local regional revela-se comprovada que processos de desenvolvimento regional, geralmente, denotam a ideia da existência de uma força motriz de caráter exógeno capaz de influenciar, por meio de encadeamentos (linkages effects), às demais

atividades econômicas locais regionais.

E, como quebra desse paradigma econômico, a experiência do Projeto Parque Industrial Municipal – PPIM voltado a processos de desenvolvimento regional a partir de uma perspectiva endógena foi para dar ênfase nos fatores internos à região (identificado às atividades econômicas relevantes, o que se produz que possa estabelecer cadeia de valor, os potenciais naturais passíveis de aproveitamento econômico produtivo, etc) capazes de transformar um impulso externo de crescimento econômico em desenvolvimento para toda sociedade local regional. É o que se identifica na metodologia de paradigma “desde baixo”.

Nessa perspectiva, ao se valorizar os fatores internos ou potenciais naturais endógenos, as políticas econômicas partem de outro pressuposto, o de mobilizar os demais atores locais, os quais devem participar das ações dentro dos processos de desenvolvimento econômico e reestruturação produtiva.

Quando da atuação da equipe do projeto PPIM, por força metodológica, optou por mobilizar os atores sociais e agentes econômicos locais, fora o agente governo municipal, para tomar partido no planejamento contínuo da ocupação econômica espacial e na distribuição dos frutos do processo de crescimento, alguns até duvidaram.

Até então, porque a cultura conhecida é a dos processos do projeto ZFM e PIM, como enclave econômico na economia regional, os atores locais e demais agentes econômicos privados regionais, não possuem nenhuma ingerência participativa nas formulações e nem na gestão desse crescimento econômico.

Visto até aqui e passados 50 anos de ZFM-PIM, por total falta de comprometimento com o futuro econômico do Amazonas, o que se constata é que governos do estado decidiram em se manter na certa zona de conforto a arriscar seus perfis eleitoreiros em programas e projetos de desenvolvimento econômico regional endógeno e os que tentaram, fracassaram justamente por não possuir na sua arquitetura, o Planejamento Econômico Estratégico e a metodologia do conhecimento científico, como o 3º Ciclo, Zona Franca Verde, o Amazonas Rural, dentre outros e, agora, o Terra Produtiva, sem tratar aquele do governador cassado que queria fazer buraco em todos os municípios para criar peixes, uma insanidade desproporcional.

Tudo isso foram ações eleitoreiras, sem nenhuma conotação de programa ou projeto voltado aos processos de Desenvolvimento Econômico Regional.

E, para os pesquisadores do CEA, o estado do Amazonas, poderá até encontrar outros caminhos, mas para o que se possui desse imenso bioma, o caminho a trilhar é o do desenvolvimento econômico regional de base endógena e, caso não se comece o quanto antes, a economia do Amazonas ficará para traz de estados como o Pará e Rondônia na Região Norte, e a choramingar os ataques e derrocadas do projeto ZFM – PIM.

Recomendam os economistas do CEA que nesses tempos de mudanças constantes, a economia regional deve buscar a necessidade de sistemas flexíveis e dinâmicos e que trabalhem integrados entre si, pois o espaço regional adquiriu elevada importância em termos de desenvolvimento econômico regional.

Dessa forma, processos de desenvolvimento econômico regional não buscam somente o atendimento das benesses materiais, mas vê as necessidades de promoções das qualidades, capacitações e competências naqueles espaços regionais, em que os atores e agentes locais regionais participam ativamente de seu próprio processo de desenvolvimento endógeno.

() Economista, Engenheiro, Administrador, Mestre em Economia, Doutor em Economia, Pesquisador, Consultor Empresarial e Professor Universitário:
nilsonpimentel@uol.com.br.*